



CAU/AP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Amapá

CAU/AP

PROC _____
FOLHA _____
ASS. MAT _____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 07/2022

Termo de contrato que entre si fazem o CAU/AP e a empresa OZENITO MORAIS MOREIRA para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização e manutenção predial.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAPÁ, Autarquia Federal, neste ato denominada **CONTRATANTE**, com sede na Avª Caramuru nº 356, bairro beiril Macapá/AP, CEP nº 68.902-100, inscrito no CNPJ nº **14.846.532/0001-59**, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **WELTON BARREIROS ALVINO**, brasileiro, casado, Arquiteto e Urbanista, CPF nº. 010.473.282-24, e de outro lado a empresa **OZENITO MORAIS MOREIRA** inscrita no CNPJ sob o nº **26.479.850/0001-08**, localizada na AV SETIMA, bairro MARABAIXO, CEP 68.909-843, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato decorrente do processo nº 014/2022 - CAU/AP para prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização e manutenção predial licitados no Pregão Presencial nº 02/2022, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação aplicável à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização e manutenção predial (serviços gerais - diárias) e apoio nas atividades administrativas com a prestação de serviços auxiliares, a serem prestados na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP, conforme **Anexo I – Termo de Referência** do Edital de Pregão Presencial nº 02/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

- 2.1. Executar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas da unidade;
- 2.2. Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso;
- 2.3. Executar atividades de copa (fazer café e chás);
- 2.4. Auxiliar na remoção de móveis e equipamentos;
- 2.5. Reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas e sabonetes;
- 2.6. Controlar o estoque e sugerir compras de materiais pertinentes de sua área de atuação;
- 2.7. Desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;
- 2.8. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho;
- 2.9. Executar o tratamento e descarte adequado dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho.

CLAUSULA TERCEITA - DA ROTINA

- 3.1. Os serviços serão executados de Segunda a sexta-feira, com horário compreendido

OZENITO



a partir das 08:00 às 14:00, observando o limite de 30 horas semanais e o horário de funcionamento do órgão, respeitando os limites estabelecidos na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria. A administração do CAU/AP poderá, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente para a mesma, alterar os horários de início e término da jornada diária de trabalho no posto de trabalho;

3.2. Todos os produtos de limpeza e equipamentos utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATANTE.

3.3. ÁREAS INTERNAS:

3.3.1. Diariamente, uma vez quando não explicitado:

- 1) Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- 2) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- 3) Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, no mínimo duas vezes ao dia;
- 4) Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- 5) Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 6) Varrer os pisos de cimento;
- 7) Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, no mínimo duas vezes ao dia;
- 8) Abastecer com papel toalha, papel higiênico, pedra sanitária, saco de lixo, sabonete líquido e demais materiais, os sanitários, quando necessário;
- 9) Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- 10) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições.
- 11) Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para local indicado pela Administração do CAU/AP;
- 12) Proceder à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
- 13) Limpar escadarias, corrimãos e elevadores com produtos adequados;
- 14) Suprir os bebedouros com copos descartáveis e garrações de água mineral, bem como os frigobares com água pet;
- 15) Limpar os equipamentos existentes, tais como: frigobar, geladeiras, fogões, televisões, etc., obedecendo as determinações da Administração do CAU/AP;
- 16) Recolher à copa para higienização os utensílios (garrafas térmicas, copos, pratos, xícaras, talheres, etc.) das dependências do Contratante, com posterior devolução aos respectivos setores;
- 17) Demais serviços conforme a necessidade da administração.

3.3.2. Semanalmente, uma vez quando não explicitado:

- 1) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- 2) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- 3) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- 4) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- 5) Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 6) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;
- 7) Lavar os balcões e os pisos de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- 8) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;



- 9) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- 10) Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- 11) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3.3.3. Mensalmente, uma vez:

- 1) Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 2) Limpar forros, paredes e rodapés;
- 3) Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- 4) Limpar persianas com produtos adequados;
- 5) Remover manchas de paredes;
- 6) Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- 7) Limpar e imunizar os ralos e caixas de gordura com inseticidas;
- 8) Proceder à poda de plantas e árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas ou veículos.

3.3.4. Semestralmente, uma vez quando não explicitado:

- 1) Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- 2) Lavar pelo menos duas vezes por semestre, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

3.4. ESQUADRIAS EXTERNAS:

3.4.1. Quinzenalmente, uma vez:

- 1) Limpar todos os vidros sem exposição a risco (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

3.4.2. Semestralmente, uma vez:

- 1) Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

3.5. ÁREAS EXTERNAS:

4.5.1. Diariamente, uma vez quando não explicitado:

- 1) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- 2) Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 3) Varrer as áreas externas;
- 4) Retirar o lixo diariamente, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para local indicado pela Administração do CAU/AP;
- 5) Proceder à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber;
- 6) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;
- 7) Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes.

3.5.2. Semanalmente, uma vez:

- 1) Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- 2) Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- 3) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
- 4) Lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/estacionamento.

3.6. SERVIÇOS DE COPEIRAGEM:

4.6.1. Atendimento a Presidência/Plenário e autoridades em visitas, atendendo a demanda:

- 1) Os serviços descritos a seguir serão executados diariamente ou sempre que necessário;

ORÇAMENTO



- 2) Executar os serviços de condução de água, café, chá, lanches e assemelhados, zelando pelos utensílios transportados, tais como bandejas, copos, xícaras, bules, etc., adotando conduta de extrema discricção;
- 3) Servir diariamente, café, água e o que for pedido, e sempre que solicitado, em reuniões e eventos oficiais;
- 4) Manter guardados e bem acondicionados - sob seu controle direto, responsabilizando-se pelo extravio e quebra- os vasilhames necessários aos serviços acima;
- 5) Manter sempre água mineral nas geladeiras e frigobares;
- 6) Efetuar a limpeza dos vasilhames sob sua responsabilidade (entre outros, bandejas, pratos, xícaras e pires);
- 7) Recolher à copa para higienização os utensílios (garrafas térmicas, copos, pratos, xícaras, talheres, etc.) das dependências do Contratante, com posterior devolução aos respectivos setores.

3.7 DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- 3.7.1. Os serviços deverão ser executados com presteza, pontualidade, discricção, qualidade e eficiência, de forma a atender integralmente ao objetivo esperado;
- 3.7.2. Havendo prestação de serviços em desatendimento às situações anteriormente expostas, a CONTRATADA deverá corrigir e/ou refazer, conforme o caso, por sua inteira responsabilidade, os serviços em que se verificarem vícios, ou quaisquer incorreções derivadas de execução inadequada, inclusive arcar com todos os custos que vieram a incidir sobre a prestação inadequada destes serviços, sem nenhum ônus ao CAU/AP.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O período de execução dos serviços será o da vigência do contrato, de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogáveis e reajustáveis, na forma da Lei nº 8.666/99, desde que sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 4.1.1. Quando os serviços forem prestados regularmente ao longo da vigência do contrato;
- 4.1.2. A contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;
- 4.1.3. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
- 4.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o CAU/AP;
- 4.1.5. A contratada concorde expressamente com a prorrogação;

PARÁGRAFO ÚNICO - A critério do CAU/AP, poderão ocorrer acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites estabelecidos no parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor Global do presente contrato é de R\$ 34.680,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais), com valor mensal de R\$ 2.890,00 (dois mil, oitocentos e noventa reais).

5.2 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta:
6.2.2.1.1.01.04.04.012– do Plano de Ação serviços de reparos, adaptação e conservação de bens móveis e imóveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

025710



5.1. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante e necessário ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações assumidas.

5.2. Efetuar os pagamentos a contratada, após a efetiva entrega da nota fiscal, devidamente atestada.

5.3. Acompanhar e fiscalizar o objeto deste termo por meio de agente designado, o qual anotar em registro próprio todas as ocorrências constatadas.

5.4. Atestar os documentos fiscais correspondentes aos serviços contratados, quando executados a contento e aceitos.

5.5 Disponibilizar, sempre que solicitado pela Contratada, informações que possam ajudar na execução do serviço;

5.6 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial, quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

5.7 Notificar o licitante, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços objeto deste termo para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sendo estas passíveis de rescisão contratual.

5.8 A fiscalização de que trata o item 5.3 não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado pelos danos causados diretamente ao CAU-AP ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar os serviços objeto da licitação dentro dos padrões de qualidade e especificações técnicas em conformidade com este termo de referência.

6.2 Sanar, imediatamente, durante a execução da avença, quaisquer problemas de ordem técnica e/ou operacional que venha a prejudicar a prestação dos serviços avençados.

6.3 A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do ajuste, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (antes do recebimento provisório).

6.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência da avença, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas previamente na licitação.

6.5 A CONTRATADA deverá apresentar, após a conclusão dos serviços, nota fiscal ou nota fiscal/fatura da própria empresa em duas vias, para fins de pagamento;

6.6 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;

6.7 Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão realizados após a apresentação do documento fiscal exigível em conformidade com a legislação de regência e com eles as informações sobre o banco, agência e número da conta corrente da CONTRATADA, juntamente com as certidões negativas de débitos.

7.2. A CONTRATADA deverá encaminhar o documento fiscal exigível, discriminando todas as importâncias devidas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

7.3. O documento fiscal referido no subitem 7.1. deverá destacar as retenções previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e demais legislações pertinentes. A retenção também será realizada, nos moldes da Lei Complementar nº

OZENITO



116/2003 e outras legislações de regência.

7.4. Recebido o documento fiscal exigível, o CAU/AP providenciará sua aferição e após aceitação dos serviços prestados que deve ocorrer num prazo de até 04 dias, efetuará o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do aceite, desde que não haja nenhuma pendência.

7.5. O CAU/AP reserva-se no direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não atender as situações descritas neste Termo, inclusive no caso de a CONTRATADA deixar de apresentar a documentação necessária, bem como a prova de regularidade fiscal para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Instituto Nacional do Seguro Social, as Fazendas Públicas Federal, Estadual e regularidade trabalhista.

7.6. O CAU/AP não pagará qualquer valor não constante ou fora dos critérios estabelecidos neste Termo.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto permanecer pendente de liquidação qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento. O CAU/AP poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, conforme este Termo.

7.8. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, ou falta de algum dos documentos necessários, a nota fiscal será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação dos documentos, não acarretando quaisquer ônus para o CAU/AP.

7.9. A simples existência da relação contratual sem a contraprestação do serviço não enseja nenhum pagamento à CONTRATADA.

7.10. O CAU/AP não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação e autorização do fiscal do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito do **CAU-AP**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o **CAU-AP**.

c) por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

d) decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração social da **CONTRATADA** que prejudique a sua capacidade de executar fielmente o Contrato, a critério do **CAU-AP**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES AO CONTRATADO

9.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Termo de Referência, erro de execução, ou demora na execução, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência, por escrito, nos casos de infrações de menor gravidade que não ocasionem prejuízos ao contratante;

9.1.2. Multas:

9.1.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta, quando de até 3 (três) ocorrências, devidamente registradas pelo fiscal do contrato, como falta de prestador de

025 NITO



serviço não reposto a tempo e modo, serviço em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência sem a devida correção, entre outras circunstâncias descritas neste Termo de Referência e não observados pela contratada.

9.1.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta, quando da 4ª (quarta) a 5ª (quinta) ocorrência, devidamente registradas pelo fiscal do contrato.

9.1.2.3. De 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta quando da 6ª (sexta) ocorrência, caso em que será considerada total inadimplência contratual, gerando a rescisão contratual.

9.1.2.4. Para fins de aplicação das penalidades, será garantido à contratada a ampla defesa e o contraditório que poderão ser exercidos em 5 (cinco) dias, a contar da notificação realizada pelo CAU/AP.

9.1.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.1.4. As multas serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou recolhidas diretamente ao CAU/AP, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua comunicação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

9.1.5. A penalidade referida no subitem 12.1.2 do edital será aplicada nos casos de prática de ilícitos em quaisquer das fases da licitação, descumprimento de prazos e condições e a inobservância das demais disposições previstas no ato convocatório.

9.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção de suspensão.

9.2.1. A competência para aplicação da sanção de inidoneidade é do Presidente do CAU/AP.

9.3. Para aplicação das penalidades previstas, a contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

9.4. As penalidades previstas neste capítulo são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

9.5. A critério do CAU/AP poderão também ser aplicadas as demais penalidades a que se referem os art. 86 a 88 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6. Constituem motivos para rescisão contratual:

9.6.1. O não cumprimento das cláusulas contratuais que causem prejuízos ao CAU/AP.

9.6.2. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

9.6.3. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

9.6.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante que prejudique a execução do contrato.

9.6.5. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Presidente do CAU/AP ou a quem este designar.

9.6.6. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.6.7. Outras disposições constantes no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6.8. A rescisão contratual será precedida de fundamentação em processo administrativo instaurado para tanto, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

9.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

9.8. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas

RENITO



estabelecidas neste Termo de Referência anexo e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 9.8.1. cometer fraude fiscal.
- 9.8.2. apresentar documento falso.
- 9.8.3. fazer declaração falsa.
- 9.8.4. comportar-se de modo inidôneo.
- 9.8.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido.
- 9.8.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame.
- 9.8.7. não manter a proposta.
- 9.9. No caso do subitem 13.8.4 acima, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.10. A rescisão contratual será precedida de fundamentação em processo administrativo instaurado para tanto, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro de Macapá-AP, para a solução de qualquer pendência relativa a este contrato, bem como sua resolução, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.2. Estando justas e contratadas, as partes, assinam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma e para um só efeito e na presença de duas testemunhas.

Macapá, 12 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAPÁ – CAU/AP

Welton Barreiros Alvino

Presidente

OZENITO MORAIS MOREIRA

OZENITO MORAIS MOREIRA

Ozenito Morais Moreira

Proprietário e Administrador

CONTRATADA